



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2022)

ATA N.º 1/2022

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA REALIZADA NO DIA DEZANOVE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS

No dia dezanove de fevereiro de dois mil e vinte e dois, no Pavilhão de Eventos do Município, reuniu pelas dez horas, em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO UM: Período antes da ordem do dia

PONTO DOIS: Período de intervenção do público

PONTO TRÊS: Período da ordem do dia

PONTO TRÊS PONTO UM: Aprovação das atas

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Proposta de Regimento da Assembleia Municipal

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Apreciação da atividade da Câmara Municipal

PONTO TRÊS PONTO TRÊS PONTO UM: Relatório do Presidente

PONTO TRÊS PONTO TRÊS PONTO DOIS: Situação Financeira

PONTO TRÊS PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Evolução da situação da qualidade do ar na Escola C+S Borba



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2022)

PONTO TRÊS PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Evolução da situação da reclamação de munícipe (Carla Leonardo)

PONTO TRÊS PONTO TRÊS PONTO CINCO: Avaliação do prédio "Oficinas da Câmara Municipal de Borba".

PONTO TRÊS PONTO TRÊS PONTO SEIS: Outros assuntos relacionados com a atividade da Câmara Municipal.

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Designação de Representante da AM no Centro Saúde de Borba.

PONTO TRÊS PONTO CINCO: CPCJ.

PONTO TRÊS PONTO CINCO PONTO UM: Designação do Representante na CPCJ por indicação do PSD.

PONTO TRÊS PONTO CINCO PONTO DOIS: Relatório da CPCJ para conhecimento da AM.

PONTO TRÊS PONTO SEIS: Estratégia Local de Habitação

PONTO TRÊS PONTO SETE: Fixação do número máximo de unidades e subunidades orgânicas/Nível remuneratório dos dirigentes intermédios de 3º grau.

PONTO TRÊS PONTO OITO: Proposta de local da sessão solene do 25 de abril.

Tendo presente o n.º 1 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13 de 12 de setembro lavra-se a presente ata.



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2022)

Estiveram presentes os membros: Paulo Vicente Ramos Mendanha; Agnelo dos Anjos Abelho Baltazar; José Joaquim Figueiredo Banza; Hugo Alexandre Godinho Mendanha; Maria João Barroso Lopes; Maria Margarida Alexandre Cordeiro; Paulo Jorge Panasco Aires; Rui Miguel Tavares Nobre Franco; Jorge Manuel de Oliveira Pinto; Patrícia Isabel Carola Cabaço; Sara Cristina Alpalhão Anselmo; Nelson Joaquim Gomes Gato ; Joana Lopes Morgado Vestia; Lino Duarte Moreira Amaro; Miguel António Ramos Mendanha; Leonel António Valentim Infante; Maria da Luz de Sousa Lopes Morgado Véstia; João André Pires Lopes; João Pedro Martins Leitão..

Verificou-se a ausência dos membros: Virgolino Joaquim Calhau Canhoto que justificou a sua falta (cuja a justificação se arquiva em pasta anexa como o **documento n.º 1**) e foi substituído pela membro Patricia Isabel Carola Cabaço; Vanda Cristina Branco Godinho que justificou a sua falta (cuja a justificação se arquiva em pasta anexa como o **documento n.º 2**) e foi substituída pelo membro Hugo Alexandre Godinho Mendanha.

Constada a existência de quórum, o Presidente da Assembleia Municipal, deu início à sessão, dando as boas vindas a todos os presentes.

PONTO UM: Período antes da ordem do dia

O membro João Lopes cumprimentos todos os presentes e de seguida fez a seguinte declaração:

"Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Borba;

Exmo.s Senhores Secretários da Mesa da Assembleia,

Exmo.s Senhores deputados municipais,

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Borba e restante executivo,

Estimado público aqui presente,

Senhoras e Senhores,

Bom dia,

Quando fui eleito Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos, propus-me defender os interesses daquela freguesia e da sua população. Nesta minha primeira intervenção na Assembleia Municipal, quero deixar claro que irei fazê-lo: denunciando, propondo e tentando levar a consenso as pretensões daqueles cidadãos que são borbenses como todos os outros e que merecem que o município não descure das suas obrigações junto daquelas aldeias e seus moradores. Não vou alargar com uma lista de problemas,



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2022)

pois essa é enviada para o executivo de forma regular, vou sim, evidenciar alguns dos problemas mais relevantes para que todos tenham conhecimento e para que o executivo as ponha na sua agenda de trabalhos para as próximas semanas.

Rio de Moinhos, sede de freguesia, apresenta vários problemas que são do âmbito da Câmara Municipal: pavimentação de ruas; limpeza da ribeira que passa na área urbana; normalização do trânsito e dos estacionamentos; fiscalização; recolha e gestão de resíduos (verdes e monos); criação de espaços verdes; bem como um elenco de deficiências que aquela aldeia apresenta e que não são resolvidas apesar da insistência quase diária do executivo da Junta de Freguesia.

A Aldeia da Nora necessita, além destas que elenquei acima, de uma reestruturação dos passeios/calçadas no Bairro Novo. Aponto esta situação, pois chegou ao executivo da Junta de Freguesia através de vários moradores, que nas reuniões descentralizadas da Junta de Freguesia, se fizeram ouvir.

No Barro Branco, semelhante situação: calçadas em péssimo estado – já que apresentam problemas desde a sua construção e entradas da aldeia completamente desajustadas à realidade: damos o exemplo da entrada junto do Forno da Cal que mais parece um labirinto de vias e de rotundas – uma reforma desse espaço mostra-se urgente e necessária.

Nos lugares da Ribeira, Talisca, Gredeira, Lagoa e São Gregório assistimos a todos estes problemas juntando-se, nos últimos dois, o facto de estes cidadãos não terem saneamento básico assegurado pela autarquia, tendo de recorrer a fossas sépticas, muitas vezes sem condições de segurança e higiene. Mostra-se oportuno e urgente um levantamento destas situações, bem como uma resolução eficaz e que melhore a qualidade de vida das pessoas que lá vivem e daqueles, que por algum motivo, para lá querem ir viver.

A limpeza de todas as linhas de água na freguesia de Rio de Moinhos é urgente, bem como amenização de crimes ecológicos e má gestão dos recursos hídricos que assistimos e que a fiscalização do Município terá de ter em conta – pois a Junta de Freguesia não tem capacidade de recursos humanos, nem competência legal para fazer esses serviços.

Agora, falando da limpeza do concelho de Borba. Apresentei uma proposta ao senhor vereador Joaquim Espanhol – visto ser assunto dos seus pelouros – a criação de um “Corpo Municipal Cantoneiros para Apoio às Freguesias Rurais”. Esta equipa seria constituída por profissionais, e não por estagiários sem formação nem capacidade para tal, equipada com todos os meios necessários para apoiar as freguesias rurais nas limpezas urbanas e outras que se mostrem pertinentes.

Esta equipa estaria afeta única e exclusivamente ao serviço da freguesia da Orada e de Rio de Moinhos – e só depois das necessidades destas estarem colmatadas, poderiam avançar para o serviço das



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2022)

freguesias urbanas (Matriz e S. Bartolomeu). Assim, sugiro à Mesa da Assembleia Municipal, que fiscalize a atuação do executivo da Câmara Municipal no que diz respeito a esta proposta e se for necessário, que na próxima Sessão Ordinária, introduza um ponto para discussão e deliberação sobre esta proposta.

Tenho dito, muito obrigado."

O membro Paulo Aires cumprimentos todos os presentes e questionou o senhor Presidente da Câmara e ao senhor Vereador Joaquim Espanhol, sobre uma situação que se passa no antigo caminho para Vila Viçosa, onde está montada uma britadeira. Pergunto se aquela situação é legal? Qual é a finalidade? Está um portão a fechar um caminho público, que está na carta geográfica (...).

O membro Nelson Gato cumprimentou todos os presentes e questionou a câmara sobre uma situação que foi publicada no Facebook. "Foi publicado no Facebook do Município umas ofertas de emprego para uma empresa que não está identificada, em que as pessoas que se queriam candidatar, tinham de enviar o email para um mail do Município. O Centro de Emprego tem ofertas de emprego disponíveis em que as pessoas estão a recusar, essas mesmas ofertas, porque já enviaram currículo para o Município e estão comprometidas com aquela oferta de emprego. A minha pergunta é quem é a empresa? Como vai funcionar? Quando está previsto abrir? E porque é que o Município é que está a receber estas candidaturas a essas ofertas de emprego? Era importante o Município esclarecer esta situação".

O membro Hugo Mendanha cumprimento todos os presentes e disse querer falar sobre dois pontos.

- Espaço junto ao Moto Clube de Borba (antigo Restaurante Mizangala) – foi a uma reunião de Câmara um contrato de arrendamento, por causa dos camiões que ali se encontram estacionados. A minha questão é se este executivo pretende resolver e criar um espaço digno para aquele efeito, ou se pretende que a câmara pague no espaço de 3 anos (contrato de arrendamento), 420,00€/mês, por aquele espaço?
- Água e a seca que assola Portugal – pergunto se este executivo, já tem alguma coisa pensada para alertar as populações para esta situação da seca, se existem possíveis regras aqui para Borba? Se existe algum plano, no caso de existir uma possível seca extrema no nosso concelho?

O Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra e disse "(...), relativamente à seca, atravessamos um período que é preocupante em termos nacionais e que pode ser particularmente grave no concelho de Borba. A seca afeta não apenas as atividades económicas, como pode incidir de forma particularmente preocupante no abastecimento público à população.



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2022)

Preocupação que se vislumbra, não só pela não existência de reservas de superfície e que se cinge no que se refere ao abastecimento no concelho de Borba, ao abastecimento subterrâneo cujos os níveis verdadeiramente desconhecemos na sua capacidade de abastecer.

Historicamente, trazem-nos problemas de eficiência de abastecimento de água, já tivemos nomeadamente na Freguesia de S. Tiago de Rio de Moinhos, abastecimento, digamos de recarga dos reservatórios através de autotanques.

O grau de perdas de água em Borba (...), é extremamente elevado, dos últimos relatórios que temos foram referidos 60%. Não vemos companhias de sensibilização sobre esta matéria, nem outras medidas mais estruturadas.

O problema da seca não é um problema de resposta exclusiva do executivo da Câmara Municipal, é um problema mais vasto de outras entidades e também dos cidadãos.

O Presidente da Câmara Municipal respondeu às anteriores intervenções:

- João André Lopes - Estamos de acordo, penso que é assim que se trabalha, nós estamos a tentar resolver os assuntos que nos foram apresentados. A nível do calcetamento, não é fácil conseguirmos empresas de calceteiros e depois só trabalham para grandes áreas, mas penso que o assunto está praticamente resolvido.

O nosso problema é termos pouca gente para trabalhar no "duro, meter a mão na massa", mesmo com recurso aos projetos do Centro de Emprego (...).

É extremamente importante o contacto que os Presidentes de Juntas praticam de uma forma direta com a população. Se nós não cumprirmos com os assuntos que nos são abordados, a culpa deixou de ser vossa para ser nossa (...), mas nós queremos a solução.

- Paulo Aires – Britadeira – Este caminho que está na carta topográfica militar é um caminho público. A empresa em questão é uma empresa de fora. Penso eu, que o procedimento é legal e está feito de uma forma correta, mas neste momento não tenho aqui os documentos que confirmem na totalidade o que eu penso.
- Nelson Gato – Recrutamento Pessoal – A empresa em questão é uma empresa de equipamentos desportivos e vai funcionar na antiga CEVALOR, e pedi-nos a nós, sem nunca ultrapassar as competências do Centro de Emprego, ajuda para agilizar o processo de forma a que possam começar já a trabalhar em março. A ajuda disponibilizada, foi na apresentação de 2 ou 3 empresas, para fazerem a limpeza do espaço e a disponibilização do site do Município para a apresentação das candidaturas dos interessados aos lugares disponibilizados. Nós servimos de elo de ligação.

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2022)

- Situação água – Assim que começamos a ouvir falar em seca severa, ligamos para as Águas de Lisboa e Vale do Tejo, para saber como estava o nosso município, relativamente a este assunto. Alertámos, que não queremos que a situação de 2017 se volte a repetir. Segundo informação recebida das Águas de Lisboa e Vale do Tejo, os níveis freáticos aqui no concelho, estão acautelados.

Temos de pensar em água de superfície, não somente para as pessoas, mas também para a agricultura. Já tive uma reunião com o Presidente da Câmara Municipal de Vila Viçosa, sobre este assunto e existe um local perto de S. Romão, com estas características. Este local permitirá através do declínio do terreno, de uma forma rápida, arranjar uma albufeira ou uma minibarragem que servisse para mitigar certas situações.

As Águas de Lisboa e Vale do Tejo tem conhecimento desta situação e a mesma está em “cima da mesa”.

Em 2017 o furo subterrâneo foi aprofundado e alargado, o que permitiu segundo informação das Águas de Lisboa e Vale do Tejo, que a situação do abastecimento de água ao concelho esteja salvaguardada.

O Vereador Joaquim Espanhol completou referindo o seguinte:

- João Lopes – Aquilo, que o senhor Presidente da Junta enumerou, teríamos de passar a Câmara para Rio de Moinhos. Essas situações todas não são fáceis de resolver, temos de ir resolvendo com prioridades, como temos estado a fazer, uma vez que temos várias juntas onde é necessário resolver situações, logo temos de dividir os esforços por todas. No entanto concordo com tudo o que foi enumerado.
A questão do Barro Branco está a ser tratada, mas a nível de calçadas a situação não é fácil de resolver de um dia para o outro, a mão de obra não está fácil.
A nível dos Espaços Verdes, houve uma descentralização de competências para a Junta, Limpeza Urbana (...), logo temos de trabalhar em equipa para conseguirmos resolver as situações.
- Questão da Britadeira – A fiscalização da câmara esta semana deslocou-se ao local e disse que a britadeira ainda não está montada, está em vias de montagem. Existe lá um portão que é fechado e aberto pelos proprietários. O caminho é um caminho vicinal, caminho público, não pode ser fechado. Que eu tenha conhecimento não entrou processo nenhum na câmara, mas se for uma britadeira de classe 1 e classe 2, será a DEGE a tratar, se for classe 3 será o Município, estamos a averiguar o assunto e logo que tenhamos mais informações as mesmas serão transmitidas.



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2022)

- Questão da Seca – Segundo informação recebida das Águas de Lisboa e Vale do Tejo, a nível de Água subterrânea não vamos ter problemas no abastecimento ao nosso concelho, no entanto teremos de enveredar por campanhas de poupança de água, para racionar a mesma.

O Presidente da Câmara Municipal respondeu ao membro João Lopes, relativamente à questão da Fibra Ótica para S. Tiago Rio de Moinhos. A última reunião que tivemos com o pessoal da MEO, ficou acordado que em princípio iriam reforçar o sinal. Se tal, não acontecer, faremos o mesmo que foi feito para a Nora, Barro Branco e Orada.

Relativamente ao Espaço junto ao Moto Clube de Borba (antigo Restaurante Mizangala), informou o membro Hugo Mendanha, que aquele espaço não é nosso e foi sempre usado como sendo nosso. Entretanto faleceu o proprietário mais velho e os herdeiros juntaram-se e falaram connosco e pediram o valor de renda de 420€/mês. Estamos a tentar arranjar um local para os camiões estacionarem.

Pedi a palavra **o membro Nelson Gato** para explicar a sua intervenção relativamente à questão do recrutamento de pessoal (aceitação de candidaturas no município).

O objetivo da minha intervenção, não tem nada a ver com o Centro de Emprego, mas sim com as expetativas que são criadas às pessoas, a minha dúvida é se a Câmara assegurou ou não, que a empresa é para avançar rapidamente. Porque podem estar a criar expetativas às pessoas e posso dizer que foram pessoas penalizadas, porque rejeitaram outras ofertas de emprego e, entretanto, perderam o subsídio de desemprego, porque dizem que vão trabalhar para essa empresa. A minha dúvida inicial, e aquilo que eu queria passar ao senhor Presidente, é se há garantia que é isto para avançar (...).

O Presidente da Câmara respondeu "(...), a informação disponibilizada pela empresa em questão é que em março pretendem começar a laborar com cerca de 16 pessoas (funcionários normais, 1 rececionista, 1 administrativo e 1 pessoa para a limpeza), o pessoal dito técnicos superiores, a maior parte vêm de fora.

O membro João Lopes no uso da palavra informou o senhor Presidente de um ofício enviado para a Câmara na semana passada, sobre um assunto apresentado por um morador de Rio de Moinhos, referente ao ruído existente no parque de camiões, principalmente aos fins de semana, naquela povoação. Gostaria de saber qual era o ponto de situação relativamente a este assunto.

O membro Hugo Mendanha reforçou "(...), a minha questão tem mais a ver com a água em baixa. Continuamos a ter perdas muito grandes na rede em baixa, a água não faturada ronda os 60%, segundo dados do ERSAR de 2021. Será que é neste mandato que o executivo vai fazer as tais reabilitações em Borba e nas freguesias, existe algum planeamento nesta questão?



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2022)

O membro Paulo Aires usou da palavra e reforçou a questão da Britadeira. A Britadeira já está montada e inclusive tem uma báscula de 120 toneladas. Não é só o fecharem o portão, há cerca de 1 ou 2 dias, estavam umas pedras debaixo da ponte desta variante. Pergunto, se essas pedras foram colocadas pelo município ou por os proprietários da Britadeira?

A Britadeira já está montada, e estranho a Câmara não saber, que tipo de classe é, se 1,2 ou 3. Não sei que tipo de fiscalização existe neste momento!

O Presidente da Assembleia Municipal disse "(...) senhor Presidente estabeleceu um contrato de arrendamento do espaço junto ao antigo restaurante Mizangala, para o estacionamento dos camiões TIR. Na minha opinião não é isso que está em causa, o que está em causa é um deficiente documento com 40 anos, talvez (anos 77/78/79/), em que foi feita uma escritura de venda de um terreno municipal a um particular, com o objetivo que no prazo de 3 anos instalar um hotel.

O tempo passou, o contrato ao que tenho presente não tem nenhuma clausula de reversão, o proprietário do terreno tem sobre ele não ónus. (...), a escritura foi feita por antigo chefe de secretaria, senhor Córias, A escritura da alienação do terreno Municipal foi feita, mas a planta de delimitação da propriedade não foi feita. Isto é, tanto é de boa fé o proprietário dizer que o seu terreno é aquele que agora arrenda há Câmara, como é de boa fé a Câmara agora dizer que o terreno que foi agora arrendado é mais a nascente, porque a propriedade é muito grande e até hoje a situação não foi, digamos concluída. A minha sugestão é que a Câmara Municipal concluísse o processo, incluindo da delimitação de cadernetas (...), porque assim aquilo dá para tudo.

O Presidente da Câmara Municipal informou o seguinte sobre o assunto abordado:

Depois da análise de todos os documentos e com um pouco de boa fé da nossa parte e da parte deles, chegamos à conclusão que o espaço é todo deles. Ou seja, o local onde os camiões estacionam e onde está localizado o dito Moto clube.

Relativamente às águas em baixa, referiu que caso chegue financiamento do Plano de Recuperação e Resiliência, iremos avançar claramente, se esse dinheiro não chegar, iremos avançar de uma forma faseada, de acordo com o levantamento que temos feito para 4 ruas (R. 13 de Janeiro, Rua Numes da Silva. Rua Silveira Menezes (...)). O ideal seria fazer-se o trabalho em Borba e nas freguesias, mas caso esse financiamento não chegue vamos começar por onde referi anteriormente.

No que respeita às pedras no caminho, só houve uma altura em que o Jorge da Mármore Brito pediu para colocar uma pedra para evitar de entrarem a roubar o que existe na zona, e nós autorizamos. De resto não autorizámos mais nada!



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2022)

Segunda-feira iremos ver mais em pormenor o que se passa com a questão da britadeira e da vedação do caminho público, porque de momento não tenho mais dados (...), mas a nossa fiscalização deslocou ao local.

Foi dada a palavra ao **Vereador Joaquim Espanhol**, que informou sobre o seguinte:

- Senhor João Lopes – Só tive conhecimento da situação da queixa do ruído dos camiões no parque em Rio de Moinhos, quando o senhor presidente enviou o mail. Vamos tentar arranjar uma solução para esse problema.
- Britadeira – O que me foi dito é que está concluída, mas que não está a laborar, no entanto nós vamos averiguar o assunto e tentá-lo resolver.
- Águas em Baixa - Temos feito muito trabalho em águas em baixa em condutas que passavam por zonas privadas, nós temos passado para espaços públicos. Na Orada, agora mudamos cento e tal metros de conduta onde notamos uma redução significativa nas perdas de água.

Como disse o senhor Presidente, caso não haja candidaturas às quais nos possamos candidatar, já temos o levantamento e orçamento para 4 ruas (Rua 13 janeiro, Rua Nunes da Silva, Rua Silveira Menezes e a zona que faz a divisão das freguesias, para irmos fazendo faseadamente a sua recuperação.

PONTO DOIS: Período de intervenção do público

O senhor **Nuno Simões** usou da palavra, cumprimentou todos os presentes, e disse "(...), só agora tive conhecimento do Relatório das Escolas efetuado pelo Município e enviado a todos os membros. Como é um ponto que vem na ordem do dia, a minha pergunta é se posso intervir excecionalmente, no final, depois de ouvir o que vem nesse relatório, porque desconheço o seu conteúdo e não faz sentido estar a intervir agora.

O **Presidente da Assembleia Municipal** respondeu "(...), colocarei nos finais dos trabalhos à assembleia a possibilidade de intervir, para esclarecimentos.

PONTO TRÊS: Período da ordem do dia

PONTO TRÊS PONTO UM: Aprovação das atas

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2022)

3.1.1. - **Análise conducente à aprovação da Ata n.º 8 da Sessão Extraordinária de 20 de novembro de 2021;**

Após efetuadas umas pequenas correções, o Presidente da Assembleia Municipal, colocou a ata à votação, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**, de entre os membros que estiveram presentes na sessão de 20 de novembro de 2021.

De acordo, com o n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, não participaram na aprovação da ata os membros: Maria Margarida Alexandre Cordeiro; Hugo Alexandre Godinho Mendanha; Patricia Isabel Carola Cabaço.

3.1.2. - **Análise conducente à aprovação da Ata n.º 9 da Sessão Ordinária de 14 de dezembro de 2021;**

Após efetuadas umas pequenas correções, o Presidente da Assembleia Municipal, colocou a ata à votação, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**, de entre os membros que estiveram presentes na sessão de 14 de dezembro de 2021.

De acordo, com o n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, não participaram na aprovação da ata os membros: Nelson Joaquim Gomes Gato; Hugo Alexandre Godinho Mendanha; Patricia Isabel Carola Cabaço.

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Proposta de Regimento da Assembleia Municipal

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu os contributos enviados pelos membros, e disse "(...), podemos não estar hoje ainda em condições de aprovar o Regimento, mas o trabalho que se procurou fazer foi integrar todas as questões. Existem apenas dois os três aspetos de discussão, que são propostas alternativas por parte do MUB (...)."

A membro Maria João Lopes desejou bom dia a todos os presentes e disse "(...), queria agradecer a todos relativamente ao trabalho do Regimento, todos os contributos de todas as bancadas têm sido fundamentais e estamos a chegar um trabalho final, de consenso, o que é muito importante (...). Tomei a liberdade de colocar aqui todas as correções e tenho uma versão que posso disponibilizar.



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2022)

Queria deixar aqui uma sugestão à mesa e a todos vós, se poderemos aprovar este regimento na próxima sessão da Assembleia Municipal de abril, porque existem aqui pontos, salvo erro são 2, onde o MUB levantou algumas questões que ainda não foram consolidadas nem aprovadas por todos e depois são mais 3 artigos que o PSD apresentou na sua proposta (...). Poderemos discutir o Regimento, aqui, hoje, mas votámo-lo, na sessão de abril para podermos ter tempo de concluir e validar as questões que estão em aberto”.

O membro Rui Franco sugeriu que fosse pedido um parecer à CCDR e à Associação Nacional das Assembleias Municipais, sobre algumas dúvidas que existissem sobre a proposta de Regimento, numa perspetiva de ouvir a opinião deles sobre a estrutura do mesmo.

O Presidente da Assembleia Municipal perguntou “(...), no quê em concreto Rui?”

O membro Rui Franco não audível.

O Presidente da Assembleia Municipal respondeu “(...), na minha opinião isso não faz sentido (...)”.

O membro Paulo Mendanha perguntou se o Partido Socialista tinha enviado algum contributo para este regimento?

O Presidente da Assembleia Municipal respondeu “(...), a proposta inicial de Regimento partiu de mim, e foi a partir de ela, que eu tenho vindo a receber todos os vossos contributos, onde estão incluídos os contributos do PS (...). Existem 2 ou 3 questões que deveremos formalizar em debate (...). Uma das questões tem que ver com a transmissão pública das sessões, gostava de ouvir a sua opinião sobre ela. (...), no que diz respeito à sessão elas são atos públicos (...), não podemos impedir a comunicação social de aqui estar e de as transmitir (...).

Como a Maria João disse, tem um texto limpo sobre esta matéria, se estiverem de acordo ele poderá ser distribuído por todos e assim obtermos a versão final do Regimento (...)”.

O membro Nelson Gato disse “(...), o que eu acho é que nós queremos um Regimento o mais unanime possível. Daí, se tivermos que esperar mais 1 ou 2 sessões, não vejo problema nenhum, até termos o documento devidamente consolidado. Não queremos é que depois as forças políticas, digam **“aquele não é o nosso Regimento”**. Queremos é que este Regimento, seja o Regimento de todos!”.

O Presidente da Assembleia Municipal informou que a membro Maria João Lopes iria distribuir por todos os membros a proposta limpa do regimento, para que na próxima sessão da Assembleia Municipal ela fosse a votação.

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Apreciação da atividade da Câmara Municipal

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2022)

PONTO TRÊS PONTO TRÊS PONTO UM: Relatório do Presidente

O **Presidente da Câmara Municipal** informou que o Relatório tinha sido distribuído por todos os presentes e colocou-se à disposição para alguma questão que quisessem colocar.

O **Presidente da Assembleia Municipal** disse "(...), o relatório da Câmara embora melhore nalguns aspetos, mas tem ainda insuficiência de relatos. O relato tem que ver sobre o andamento das questões, continua a ter muito peso de agenda e muito pouco, digamos, de concretização multilateral da atividade de cumprimento do Orçamento e do Plano de Atividades. É aí, que o relatório se deve incidir!

PONTO TRÊS PONTO TRÊS PONTO DOIS: Situação Financeira

Relativamente à situação Financeira o **Senhor Presidente** informou que está equilibrada, mas é necessário muito cuidado.

PONTO TRÊS PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Evolução da situação da qualidade do ar na Escola C+S Borba.

O **Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu à Câmara Municipal o Relatório enviado. Este sim, um relatório objetivo, sobre o que foi e o que falta fazer e o que se pensa fazer, relativamente às escolas.

O **Presidente da Câmara Municipal** disse "(...), quando na última sessão da Assembleia Municipal, o Presidente da Associação de Pais, informou o que se estava a passar no Agrupamento de Escolas, houve um estudo exaustivo da situação e seguidamente reunimo-nos os 3 e avançamos para a solução dos problemas".

Seguidamente, foi dada a palavra à **Senhora Vereadora Sofias Dias**, que disse o seguinte:

Bom dia a todos;

Como foi falado aqui na última sessão da Assembleia Municipal e depois tive a oportunidade de falar com o senhor diretor do Agrupamento e com o senhor Presidente da Câmara, as situações que foram aqui apresentadas pelo senhor Presidente da Associação de Pais, eram na sua maioria desconhecidas. Não tinha chegado nenhuma informação ao município, e o relatório comprova isso mesmo. Tínhamos conhecimento do problema com o AVAC, o qual já vem de algum tempo atrás, mas todas as outras questões pormenorizadas nós não sabíamos, eu pelo menos não tinha conhecimento.



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2022)

O Relatório apresentado pelo Presidente da Associação de Pais, foi a base para nós constituímos o relatório hoje aqui presente e o nosso ponto de partida para começarmos a trabalhar na escola.

Este Relatório tem não só esses pontos, como todos os outros que vão chegando diariamente, e o senhor Diretor sabe disso, há sempre questões para resolver. Foram colocadas neste Relatório, não só as questões da sede do Agrupamento, mas também as questões de Rio de Moinhos e da Orada.

Foram também aproveitados os Relatórios da INTERPREV, as questões principais e prioritários foram também aqui colocadas. Este Relatório é um relatório misto de tudo aquilo que estamos a desenvolver no Centro Escolar.

Alertar, aqui, só para algumas questões:

- Aquecimento - existem coisas ainda por resolver. A maioria das salas já tem aquecimento e as outras salas, têm algum. Já não há salas totalmente “geladas”. Esta questão está parcialmente resolvida. Estamos com muita dificuldade na receção de materiais. Existe um atraso enorme na entrega dos materiais à empresa com a qual trabalhamos (Clitecnica Unipessoal, Lda), o que tem dificultado alguns pormenores. O problema do aquecimento ficará totalmente resolvido com a substituição do Chiller, a sua mudança está prevista para abril (...).

O **membro Hugo Mendanha** perguntou se as manutenções preventivas do AVAC estavam a ser feitas? Se existe algum problema com o AVAC (...)?

A **Vereadora Sofias Dias** respondeu “(...), tem havido alguns problemas a nível do AVAC, e o que os técnicos nos têm dito é que estão principalmente relacionados com o Chiller. Existe um problema com o Chiller e houve um problema a nível da manutenção anterior do Chiller. Neste momento a reparação está a ocorrer quase semanalmente. Só podemos passar para a manutenção mais assertiva, quando todas as situações estiverem corrigidas.

O que nos disseram foi que, com a substituição do Chiller, todas as demais situações relacionadas com o aquecimento ficarão resolvidas.

O **membro Nelson Gato** perguntou sobre o ponto de situação, relativamente à Zona do Baloços (chão danificado).

Foi respondido que o mesmo se encontrava na página oito.

O **membro Agnelo Baltazar** cumprimentou todos os presentes e disse “(...), não posso deixar de referir aqui algumas palavras sobre a Sede do Agrupamento de Escolas de Borba. Estamos a falar de um edifício complexo, frequentado diariamente por cerca de 750 pessoas. Isto por si só, é razão mais que suficiente para uma manutenção quase diária, recursos que o Agrupamento nunca teve (...).



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2022)

Desde a publicação de o Decreto-lei 144/2008, a Educação na sua parte relacionada com a educação pré-escolar e 1º ciclo, é competência exclusiva das autarquias (...). Com base num contrato de execução, assinado em 2008 entre a autarquia e o Ministério da Educação, inclusivamente, passou a autarquia a ser responsável pela manutenção do 2º e 3º ciclo, no edifício antigo. Na altura transitavam para a autarquia 20.000,00€/ano, sabemos que isso era manifestamente insuficiente.

Aquele edifício na sua plena funcionalidade, exige uma manutenção diária e um acompanhamento por inteiro por parte da autarquia. Apraz-me aqui neste momento referir, com base nesse relatório que nos foi distribuído, que existe vontade de trabalhar, há um acompanhamento diferente do que tínhamos tido até aqui, e esta manutenção, com base no relatório e a monitorização que se pretende com ele acompanhando tudo aquilo que são necessidades diárias (...), eu creio, que se não perdermos este método, estamos de facto no bom caminho.

Neste momento estamos ainda, com problemas de colocação de tal máquina “chiller”, para que o AVAC fique em funcionamento pleno. Quando este problema estiver resolvido, a situação ficará plenamente funcional.

O Presidente da Assembleia Municipal pediu que a Câmara mandasse chegar Assembleia o relatório completo.

Referiu que o princípio instituído neste ponto “(...) é o nosso caminho de trabalho. A Transparência, para mim este relatório é transparente”. Nele estão explícitas todas as ações tomadas e as que deverão ser tomadas para resolução das situações apresentadas.

O membro Nelson Gato disse “(...) vou fazer aqui uma declaração de interesses, porque eu sou dos que no mandato anterior, mais vezes chamei o Vereador Quintino à caução, porque faltava aquilo e o outro, todas as reuniões fazíamos o ponto de situação. Neste caso é mesmo dar os parabéns à Câmara por este tipo de Relatório, porque isto resolve quer as nossas intervenções, quer a intervenção da Câmara (...). Não estamos aqui só para dar “porrada”, mas estamos aqui, também, para elogiar quando as coisas estão no bom caminho e este foi sem dúvida, o caminho indicado para resolver estas situações”.

PONTO TRÊS PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Evolução da situação da reclamação de município (Carla Leonardo)

O Presidente da Assembleia Municipal pediu à Câmara que fizesse o ponto de situação, relativamente a este ponto.

O Presidente da Câmara Municipal informou “(...) a questão passou para a fiscalização e agora estamos no processo de entrega de notificação para o proprietário se pronunciar sobre o mesmo”.



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2022)

De seguida foi dada a palavra **Vereador Joaquim Espanhol** que explicou o seguinte:

É um processo que se tem prolongado ao longo destes últimos 3 anos, vamos ver se esta questão tem fim.

Nestes últimos sessenta dias, houve um atraso neste processo, porque a técnica responsável por este processo esteve com COVID e a sua família. Mas ultrapassada esta situação, a proprietária foi notificada no dia 20/01/2022, não levantou a notificação. Foi enviada uma segunda notificação, a qual já foi levantada (16/02/2022). A proprietária já foi pedir o processo para consultar e agora tem 5 dias para se pronunciar sobre a notificação, até dia 23/02/2022.

A proprietária tem 90 dias para resolver o problema da insonorização, ou seja, fica suspensa a atividade até 90 dias, até a situação estar resolvida. Se a situação não for resolvida, passamos para o encerramento, o qual tem de ir a reunião de Câmara (...).

A membro Sara Anselmo perguntou "(...), na última reunião de Câmara foi dito ao Vereador Pedro Esteves que a notificação não tinha sido levantada, e que a próxima iria ser entregue em mão, mas essa ação não foi praticada, é isso?".

O Vereador Joaquim Espanhol respondeu e explicou "(...), o que os serviços fazem é enviar a carta com aviso de receção, se a pessoa não levantar volta ao município. Voltamos a enviar uma segunda notificação e caso não fosse levantada, a mesma seria entregue em mão pela GNR ou pela Fiscalização. Esta parte já não foi necessária, uma vez que a proprietária levantou a notificação".

A membro Sara Anselmo perguntou quanto tempo iria demorar estes procedimentos.

O Vereador Joaquim Espanhol respondeu "(...), 5 dias para a proprietária se pronunciar (até dia 23/02/2022). Depois, destes 5 dias nós respondemos, mas entra logo em suspensão da atividade. Depois, tem até 90 dias para resolver o problema da insonorização. Será feito novamente um teste de ruído, se estiver em condições o Bar pode continuar aberto, se tal não se verificar terá de ser encerrado, e o assunto terá de ir a reunião de Câmara.

O Presidente da Assembleia Municipal disse "(...), foram dados esclarecimentos sobre a situação em apreciação, agora gostaria que continuássemos nesta pressão sobre a Câmara Municipal pelo respeito pelos municípios. Sabemos que 24 horas para quem está numa situação desagradável, o desconforto é muito, mas vamos perceber o andamento da questão. Recomendava à Câmara Municipal, desencadeado que foi o processo, pudesse fazer chegar, o desenrolar da atividade, se houver contraditório por parte do cidadão, se houver suspensão, a publicitação e a comunicação quer aos cidadãos envolvidos, quer à Assembleia Municipal da eventual suspensão da atividade (...).

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2022)

PONTO TRÊS PONTO TRÊS PONTO CINCO: Avaliação do prédio “Oficinas da Câmara Municipal de Borba”.

O Presidente da Assembleia Municipal disse “(...), senhor Presidente da Câmara eu gostaria que esta Assembleia Municipal fosse tida em plena consideração nas suas decisões, eu pelo menos da minha parte não gostaria de me sentir quase “objeto parvo” (...).”

Seguidamente fez um resumo da situação:

Em agosto/2021 a câmara Municipal decidiu solicitar à Assembleia Municipal a autorização para a alienação daquela propriedade.

A Assembleia Municipal pronunciou-se!

A Câmara Municipal entendeu que esta questão estaria dentro das competências da Câmara Municipal.

A Assembleia Municipal, tomou uma estratégia de esclarecimento da situação e deixou claro, que o que estava em causa não era a alienação de um prédio urbano de oficinas, para que nele se desenvolvessem atividades de oficinas, mas sim de um terreno com a capacidade construtiva de 4494m², que é isto que deveria ser avaliado. Um terreno infraestruturado, com uma superfície autorizada de 4500m², quanto é que vale (...)?

Pedimos que fosse feita uma avaliação do custo/benefício da operação, tendo em conta que não estamos a alienar um prédio qualquer, ele trará ónus obrigatórios para o Município.

Recebemos uma avaliação (...), não vou pôr em causa as questões técnicas da avaliação, feita pela empresa LUSO-ROUX, que avaliou as Oficinas da Câmara para efeitos de garantia hipotecária! É isto que está no documento. (...), existem umas oficinas, quem as quiser comprar, tem ali um edifício de 1978, que ainda tem condições de funcionar como oficinas (...).

Daquilo que foi o interesse do promitente comprador e das razões que levaram à Câmara Municipal a sacrificar, o real valor do prédio por a sua alienação a um custo, muito mais baixo do que o seu real valor (...), um argumento que era (...), que estávamos perante um possibilidade de investimento, que traria para Borba um desenvolvimento com 150 postos de trabalho, depois baixaram para 80 (...), para um grande hotel de 4 estrelas.

Tal como estava no documento que vos distribui, foi publicado por um agente mobiliário de um anúncio para venda de Vistos Gold daqueles prédios, têm aí a fotografia do primeiro com 80 m² pelo valor de



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2022)

350.000,00€. Nem todos os prédios que estavam no anúncio tinham a mesma área e o mesmo preço, mas globalmente, estamos perante um negócio que foi publicitado e não está isso em causa (...), do setor imobiliário aproveitar a alteração da lei, do fim dos Vistos Gold, nas áreas de Lisboa e Porto e aproveitar o interior (...).

Outros investidores, estão com a mesma visão (...). No final do ano, foi adquirido o Convento da Luz, pelo valor de 3 milhões de euros, que trará para o concelho mais 770 camas de Visto Gold. Aqui a Câmara lucrará com esta transação cerca de 280.000,00€ só em IMT.

Apurando, o valor do terreno das oficinas da Câmara (...), apresenta um valor de 128.500,00€ (...) e o valor não depreciado do imóvel é de 517.000,00€, o que leva que o terreno tenha um valor de 25% do valor do construído (...).

Não vou entrar em pormenores do relatório de avaliação, porque por vezes existem frases feitas que se metem nos relatórios e que não correspondem plenamente à verdade dos factos, quando se diz que aquele terreno está devidamente infraestruturo com infraestruturas de água, saneamento, eletricidade e gás (...).

Eu considero que a resposta da Câmara não levou a sério, aquilo, que foi decidido pela Assembleia Municipal”.

A membro Maria João Lopes perguntou “(...), senhor Presidente o Contrato de promessa, já foi assinado?”.

O membro Paulo Mendanha interveio e disse “(...),por alguma razão que desconhecemos, este assunto é vos caro. Este e outros, porque o MUB tem feito um bom trabalho, implementou ações concretas para mitigar os efeitos da pandemia, tem procurado encontrar soluções adequadas à modernização dos serviços municipais, ao desenvolvimento de projetos prioritários, à projeção dos investimentos futuros, à diminuição da dívida municipal, à melhoria dos indicadores económicos, financeiros e sociais.

Por alguma razão querem atrasar este projeto. Estamos contra a rejeição da avaliação.

A finalidade da Avaliação é clara:

“É objetivo do presente relatório fornecer informação objetiva e rigorosa relativamente ao melhor valor que poderia ser obtido, caso o imóvel fosse alienado ou arrendado no momento da avaliação, em condições normais de mercado de acordo com a definição de "Open Market Value" (Presumível Valor de Transacção em mercado aberto, vulgo, Valor de Mercado), que define "o montante estimado, pelo qual um bem pode ser transacionado à data da avaliação, entre um comprador e um vendedor com interesses equivalentes na operação, após apropriada exposição no mercado, onde cada uma das partes tenha agido com conhecimento, de forma prudente e sem coação."



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2022)

Sr. Presidente, a Mesa até podiam ter aproveitado uma das nossas propostas e ter criado um envolvimento efetivo com toda a Comunidade - Principal Tema: Turismo – Projeção e Promoção do Concelho, em que se debatia este e outros assuntos. É que existem duas avaliações do terreno, e, achamos que a ampla e diversificada avaliação do custo-benefício deve ser feita em sede de Assembleia. Tratando-se de um prédio urbano, atendendo à necessidade de requalificação das oficinas/estaleiros, tratando-se de um grande projeto e uma oportunidade promissora, de um investimento de extrema importância para o Concelho, estamos em condições de dizer que Borba só tem a ganhar com este acordo.

Queremos alertar que tudo faremos para responsabilizar as ações tomadas ou que venham a ser tomadas e que levem a que Borba possa vir a perder um possível projeto de investimento de 35M€, que vai, não só, recuperar património, neste caso o Convento das Servas, mas também a possibilidade da criação de vários postos de trabalho. Vai ajudar no desenvolvimento turístico do concelho e certamente ajudar a economia local”.

O Presidente da Assembleia Municipal respondeu “(...), senhor Paulo Mendanha, acho que esta Assembleia também é consciente daquilo que decidiu. Sejamos de uma vez por todas, claros! Não está em causa, a alienação ou pedido de alienação das Oficinas. Porque o critério de avaliação de um imóvel, tem a ver com o grau de liberdade de uso deste imóvel. Se me disser o imóvel é vendido e quem o comprar tem de fazer dali oficinas, eu digo que isto está correto. Aquilo, que a Assembleia Municipal decidiu, é que o Município tem um terreno cujas as oficinas são para destruir e que tem uma capacidade de construção supletiva que não está ocupada. E, essa capacidade supletiva, é que é objeto de avaliação (...). É esta a decisão da Assembleia Municipal da avaliação. O custo/benefício, também já aqui foi levantado e não é apenas aquilo que disse. Tem benefícios que o senhor colocou e tem custos, para o Município, desde logo, estamos perante um prédio que a Câmara Municipal não pode deixar de utilizar em alternativa, o custo da sua alternativa (...). É essa matéria, que aqui vem, não é há Assembleia Municipal que compete fazer o custo/benefício (...), é um documento técnico profundo complexo, que a Assembleia Municipal decidiu que a Câmara lhe tem que entregar e que não foi entregue (...)”.

O membro Nelson Gato interveio e disse “(...), o que está aqui em causa não são factos políticos nem interesses políticos. Não percebo porque é que o MUB, teima em insistir que isto é um facto político. Isto tem uma solução fácil, rápida e eficiente. Isto é, uma competência da Câmara, segundo os valores, a Câmara pode assumir essa competência e reverte a decisão, retira o que mandou para a Assembleia, decide, e está resolvido! Se a Câmara acha que o benefício é muito superior ao da perda do valor, resolva isso! Agora andarmos aqui, a decidir propostas (na altura por unanimidade), de uma nova reavaliação (...), nós sabemos como funciona, basta um item ser de acordo com um determinado pormenor, o valor da reavaliação é X, se for de acordo com outro, o valor é Y, (...).



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2022)

O que eu deixo aqui de sugestão, é se o entendimento da maioria for voltar a olhar para isto de outra forma, que se faça! Mas se o entendimento da Câmara, em consonância ou não com a maioria, que o projeto avance rapidamente, então resolva! Há o ónus político que fica para sempre (...), há uma memória que é relatada nas atas e que vai ficar para o futuro, que vai mostrar que este assunto andou aqui pendente, até que alguém de uma forma bem ou mal, o resolveu".

A membro Sara Anselmo disse "(...), sobre a Avaliação das Oficinas da Câmara, nós, membros do PS pretendemos manifestar a nossa opinião.

Na sequência da nova Avaliação Imobiliária das referidas Oficinas, leva-nos concluir que:

- De acordo com o solicitado, a presente avaliação foi efetuada por uma entidade independente;
- A presente avaliação continua a basear-se no armazém para finalidade industrial (licenciado para esse uso);
- Não se procedeu à avaliação/análise de custo benefício da transação. Apenas se avaliou o imóvel.

Assim, solicitamos alguns esclarecimentos adicionais:

- Porque não se procedeu em conformidade com a recomendação aprovada na Assembleia Municipal? Julgamos que um estudo mais pormenorizado e completo permite obter conclusões e pareceres mais corretos e, de interesse geral.
- Qual a verdadeira finalidade deste projeto de investimento? Tendo em conta a publicação do referido anúncio de vendas de casas, num site de vendas imobiliárias.

Nós, membros do PS, continuamos a insistir numa avaliação mais ampla, correta e transparente, para um projeto desta dimensão e natureza.

Na nossa opinião, pela continuação da inexistência da informação solicitada e dúvidas sobre a finalidade do projeto, julgamos não ser viável a aprovação da presente avaliação e, como tal votamos a favor da proposta de deliberação".

O Presidente das Câmara Municipal referiu o seguinte ao assunto em apreciação "(...), de acordo com o membro Nelson Gato diz, ou a Câmara assume, uma vez que está dentro da sua capacidade ou não assume.

Entendo, que qualquer tipo de investimento, deve ser pensado por todos nós. Fizemos o que nos foi pedido, uma nova avaliação. Antes de pedirmos a avaliação, tivemos o cuidado de nos informarmos nos bancos sobre a credibilidade das empresas, para depois procedermos ao pedido de avaliação. A escolha desta empresa foi ocasional, mas dentro das referências que tínhamos recebido, tanto na questão da credibilidade como na questão da acreditação. Eu, também pensei que o valor do imóvel fosse superior ao apresentado pela empresa.

Custo/benefício - pedi a alguém (Revisor Oficial de Conta), que o fizesse este estudo, mas até ao momento ainda não me foi entregue o mesmo.



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2022)

Irei levar na próxima reunião de Câmara o contrato de promessa de compra e venda, já na totalidade, das Oficinas da Câmara.

Fiquem a saber, que a partir de agora, todos os conselhos que vêm, serão bem-vindos, mas o assunto será resolvido na próxima quarta-feira.

A membro Maria João Lopes disse “(...), não queria suspeitar da má fé ou da especulação dos investidores, e aconteceu, porque se ainda não assinaram o contrato, foi publicado num site um anúncio da venda (...), que foi retirado pouco tempo depois de eu o ter visto, então isto é grave! Eles estão mesmo a especular e a brincar com o executivo.

Só quero deixar aqui uma palavra ao membro Paulo Mendanha “(...), isto não é política! Fico bastante dececionada com o tipo de abordagem que encabeças pelo MUB, porque isto não é política, nós estamos aqui todos, porque queremos que este negócio se realize (...).

Subscrevo o que o membro Nelson Gato disse. A Câmara pode reverter, anular e fica com o ónus na sua totalidade e segue com o negócio e nós não somos vistos nem achados. Isto, nem é da competência da Assembleias Municipal, mas o senhor Presidente quis trazê-lo aqui! Então acho que temos todos a liberdade de opinar e de dar a nossa opinião, e estamos aqui para ajudar. Este anúncio só vem provar, todos os nossos receios e dúvidas relativamente à intenção dos compradores, que já são vendedores.”

O Presidente da Assembleia Municipal esclareceu “(...), o senhor Presidente acabou de dizer que vai na próxima reunião de Câmara *“deitar por terra”*, aquilo que foi a deliberação da Assembleia Municipal. Porque a Assembleia Municipal não autorizou a alienação daquele prédio na base da decisão que foi tomada em setembro. (...), houve por parte dos serviços jurídicos da Câmara um parecer que dizia que era competência da Câmara, mas a Assembleia Municipal não entendeu isso assim. A Assembleia Municipal entendeu não dar razão ao parecer técnico, uma vez que considera que o imóvel que está em venda, não tem como objeto a venda das Oficinas, mas uma capacidade construtiva.

A Chefe de Divisão Sónia Ferro interrompendo disse “(...), já houve atos administrativos posteriores por parte da Câmara”.

O Presidente da Assembleia Municipal continuando “(...), eu sei que a Câmara Municipal tomou um ato administrativo, depois, mas a Assembleia Municipal, considera que o ato administrativo da Câmara não é legal! Foi esta a decisão que tomou a Assembleia! Por considerar que o valor do terreno está acima das competências da Assembleia e a Câmara Municipal, diz que o valor do terreno está abaixo das competências da Assembleia (...). A Assembleia decidiu que não está em causa o critério de umas Oficinas, mas o critério de um terreno com a capacidade construtiva e esse terreno com a capacidade construtiva, que a Assembleia Municipal exige que seja feito.



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2022)

Vou colocar à vossa consideração a proposta que veio à Assembleia, sabendo que sobre ela no ponto de outras medidas, poderão ser tomadas pela Assembleia ou por qualquer outro membro (...), no conjunto de medidas, que se considerar conveniente, nomeadamente na intervenção de órgãos de tutela ou de órgãos de caráter judicial. Este era o caminho que não queria seguir".

O membro Paulo Mendanha acrescentou "(...), senhor Presidente pelo que eu percebi, o que nós aprovamos em setembro foi a rejeição do contrato que veio à Assembleia, no entanto já houve outros atos administrativos que foram feitos. Nós rejeitamos o primeiro contrato, mas já houve outros e esses outros contratos não estão rejeitados.

Aquilo que nós pedimos foi novas reavaliações, e o ponto de ordem que está aqui, é rejeitar uma avaliação de uma entidade, acreditada. Depois tem o segundo ponto, que é tomar medidas. (...), não percebo, ou não percebemos, porque é que querem rejeitar isto! Estamos em vias de perder 35 milhões de euros em investimento em Borba. Nós enquanto Movimento iremos tomar todas as medidas nesse sentido".

O Presidente da Assembleia Municipal respondeu "(...), senhor Paulo Mendanha, duas questões:

O que a Assembleia Municipal deliberou, foi solicitar a avaliação de um prédio urbano com uma capacidade construtiva de 4500m², de um terreno, para ser mais claro. Se esse terreno estivesse limpo, o ónus de construção seria melhor. Esse terreno para aproveitar a capacidade construtiva de 4500m², tem que fazer demolições do que lá está construído.

Aquilo que a Câmara nos entregou, foi a avaliação de um prédio de umas Oficinas, não foi essa a decisão da Assembleia.

O que está em causa não é a venda das Oficinas! O que está em causa é a venda de um terreno com a capacidade construtiva de 4500m². Se eu pedir uma avaliação de um terreno com estas características a avaliação não é esta que aqui está! O que eu proponho há Assembleia Municipal é rejeitar o conteúdo, do critério de avaliação, porque avaliou umas Oficinas.

A segunda questão, é que diferentemente dos particulares, o Município e as entidades públicas na sua gestão, têm de ter um conjunto de matérias que estão na lei, e que são avaliados pelo custo/benefício. E aqui o benefício, é termos um investimento em Borba. O Custo, é o custo alternativo de termos de construir um espaço operacional obrigatório para a Câmara Municipal, cujo o valor é diferente desse que aí está (...). Sabermos, se nesse custo/benefício, o valor de venda de terreno é um valor aproximadamente ao mercado, de venda de terrenos para construção (...). O que está em causa, é saber se este ato é um ato de boa gestão (...)"

O membro Hugo Mendanha esclareceu o seguinte "(...), todos queremos um investimento desta natureza, para Borba (...). Tal como o Presidente da Assembleia disse, questionamos foi a clareza com que

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2022)

isto estava a ser feito (...), o critério da avaliação mais relacionado com o conteúdo (...). Ninguém está a meter em causa este tipo de investimento.

Tudo isto levantou muitas dúvidas (...), ao vemos um anúncio na internet, em que aquilo era uma vila T2, com os valores de venda associados, isso levantou ainda mais dúvidas.

Já que é competência da Câmara os valores referidos (...), tomem essa decisão, ficam com o ónus dessa decisão, e assim deixamos de andar aqui constantemente, a acusar uns e outros. É um bom investimento? É! Nós pedimos esclarecimentos e não concordamos com o que foi aqui apresentado. Não estamos contra este tipo de investimento, queremos é mais clareza neste tipo de coisas”.

O Presidente da Assembleia Municipal não havendo mais intervenções, colocou a sua proposta à votação tendo a mesma **sido aprovada**, com **7 votos contra** (eleitos MUB), **7 votos a favor** (eleitos PS e CDU) e **4 abstenções** (eleitos PSD e 1 eleito do MUB), **rejeitar o conteúdo do critério de avaliação do prédio das oficinas**.

Tendo havido empate na votação, e de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 54.º Do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, O Presidente usou o voto de qualidade e a proposta foi aprovada.

No momento da votação estava ausente um membro do MUB – Maria da Luz Morgado Véstia

O membro Nelson Gato apresentou **declaração de voto oral**, que se transcreve:

“Os eleitos do PSD abstiveram-se, não por o conteúdo do documento, mas sim com o ponto dois da proposta de deliberação. Ou seja, achamos que é demasiado vago não definir as medidas que se vão tomar a seguir e não sabendo que medidas, estão subjacentes à tomada de posição, nós não aceitamos participar nelas.”

PONTO TRÊS PONTO TRÊS PONTO SEIS: Outros assuntos relacionados com a atividade da Câmara Municipal.

O membro Nelson Gato perguntou sobre o ponto de situação de questões do mandato anterior, assuntos pendentes:

- Construções ilegais no bairro EBORIMO
- Viaturas abandonadas pela cidade, nomeadamente uma em frente à antiga cantina da escola.
- Parque de viaturas abandonadas na Zona Industrial
- Valor da taxa paga por a roulotte que está junto ao Plátano e o enquadramento no Regulamento de taxas e licenças, daquela instalação permanente.

O Presidente da Câmara Municipal respondeu:

- **EBORIMO** - o assunto será resolvido nos próximos meses;



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2022)

- Viaturas abandonadas – foi feito um levantamento e de acordo com o que autoridade faz, serão levantadas;
- Roulotte junto ao Plátano – deu entrada um processo de licenciamento, pagam a taxa de ocupação e segundo os serviços está tudo legal.

O membro Nelson Gato respondeu "(...), eu não duvido que esteja legal (...), a dúvida que subsiste e penso que foi a pergunta na altura feita na reunião de câmara é, qual é o artigo no regulamento de taxas, que permite uma instalação permanente num espaço público, sem concurso e qual é o valor da taxa cobrada. É essa dúvida que persiste!"

O Presidente da Câmara Municipal respondeu que de momento não tinha dados para responder relativamente ao valor da taxa paga. Será enviado para a Assembleia, a informação do valor cobrado pela taxa.

O membro Hugo Mendanha disse "(...) senhor Presidente, não percebi: no loteamento da EBORIMO, as construções que foram feitas de forma ilegal, agora as pessoas vão pagar por isso? No caso da roulotte, agora está legal. Isso significa, se qualquer um de nós decidirmos ocupar a via pública com uma construção ilegal ao lado das nossas casas, por exemplo, a câmara não manda derrubar, vamos é pagar. E se for colocada uma roulotte ao lado daquela, passado um tempo torna-se legal, é isso?"

O Presidente da Câmara Municipal explicou "(...), o que eu disse foi o seguinte: Na EBORIMO; existem duas situações, e que ocuparam a via pública. E agora as pessoas antes de legalizarem a situação, vão pagar.

Em relação há roulotte, foi pedido o licenciamento, logo a seguir à sua instalação. Foi dado autorização pelos serviços para a sua instalação, não sei é o valor da taxa cobrado. Mas em termos legais está correto".

O membro Nelson Gato – perguntou "(...), a concessão de espaços públicos permanente, não está sujeita a concurso público?"

A Chefe de Divisão Dr.ª Sónia Ferro explicou "(...), a ocupação de espaço público pode seguir uma ou duas vias. Se for por concessão é pressuposto haver um procedimento concursal ou um procedimento administrativo típico, que segue inclusivamente o código dos contratos públicos para concessionar.

A ocupação de espaço público pode ser também objeto de licença de um ato administrativo de licenciamento. Na situação desta roulotte, é um equipamento móvel, inclusivamente, e pode ser conferido por licença. Ou seja (...), a ocupação é a mesma que é feita por exemplo na feira de todos os Santos, para cada uma das ocupações de espaço público. Neste momento a pessoa não tem nada que lhe titule uma ocupação permanente do espaço. É pago a taxa de ocupação e a licença também um ato revogável de uma forma

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2022)

distinta, do que a concessão por contrato. O que existe neste momento é a licença de ocupação com a taxa correspondente”.

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Designação de Representante da AM no Centro Saúde de Borba.

O MUB apresentou o nome da membro **Maria Margarida Alexandre Cordeiro**, como representante da Assembleia Municipal no ACES.

Não havendo mais propostas por parte das restantes forças políticas com assento na Assembleia Municipal, foi feita votação por escrutínio secreto.

Após votação por escrutínio secreto, a membro **Maria Margarida Alexandre Cordeiro**, foi eleita com **10 votos a favor, 4 votos em branco e 5 votos nulos**, como representante da Assembleia Municipal de Borba, no ACES - Agrupamentos de Centros Saúde.

PONTO TRÊS PONTO CINCO: CPCJ.

PONTO TRÊS PONTO CINCO PONTO UM: Designação do Representante na CPCJ por Indicação do PSD.

A membro **Maria João Lopes** informou que o Grupo Parlamentar do PSD, com assento na Assembleia Municipal, designou o senhor **Paulo Jorge Ramos Ferreira**, para integrar a Comissão Alargada, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Borba.

O membro **Paulo Mendanha** quis deixar em ata o seguinte:

“(…), em novembro de 2021, veio à Assembleia Municipal um ponto sobre este mandato da CPCJ e fomos informados que o representante do PSD terminava as suas funções, a 18 de janeiro 2022 e que seria na Assembleia de dezembro que seria reconduzido. No entanto só dizer que o PSD não tem representante na CPCJ desde meados de janeiro, porque não apresentou proposta”.

O membro **Nelson Gato** informou “(…), o representante do PSD era eu! E o PSD não apresentou proposta, porque na Assembleia de dezembro na estava incluído este ponto na ordem de trabalhos. Ou seja, este ponto só foi incluído nesta Assembleia (...). Como o mandato só terminava em meados de janeiro, não havia necessidade de enviar a proposta sem que o mandato terminasse, penso eu!”.

O **Presidente da Assembleia Municipal** disse “(…), havendo consenso na designação, fica o senhor **Paulo Jorge Ramos Ferreira**, como representante do PSD, para integrar a Comissão Alargada, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Borba.



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2022)

PONTO TRÊS PONTO CINCO PONTO DOIS: Relatório da CPCJ para conhecimento da AM.

A Vereadora **Sofias Dias** informou "(...), o relatório que vos foi distribuído é feito anualmente e consiste, num questionário onde são reportadas todas as questões relativamente à CPCJ. Os pontos mais importantes são os anexos, onde descrevemos as reuniões que são feitas e as atividades que vamos desenvolvendo e onde está a informação sobre os processos. Não sei se têm alguma questão mais ampla relativamente aos processos ou às tipologias, se tiverem posso responder".

PONTO TRÊS PONTO SEIS: Estratégia Local de Habitação

O Presidente da Câmara Municipal informou "(...), há cerca de dois anos esteve aqui em Borba a Secretária e Estado da Habitação Dr.^a Ana Pinho, a apresentar o Programa 1º Direito. Posteriormente, avançamos com a Estratégia Local de Habitação. Esse documento foi discutido de uma forma muito objetiva pela vereação completa. Na minha opinião este documento só perca por tardio".

A Vereadora **Sofia Dias** acrescentou "(...), apesar de tardio, como o senhor Presidente já disse, e apesar de termos no compromisso inicial de apresentarmos a estratégia até ao final do ano, o atraso foi muito motivado por nós e pelas questões que fomos melhorando na estratégia. Houve muita troca de informação, da equipa e o Gabinete Técnico, para que esta estratégia pudesse estar o mais enquadrada possível no PDM, tudo isto atrasou o processo (...). O nosso entendimento é que a versão do documento está o mais completa e detalha possível.

O membro **Nelson Gato** sugeriu "(...), sempre que se trate deste tipo de documentos tão longos, que sejam remetidos com alguma antecedência, porque quatro ou cinco dias para analisar documentos tão extensos, o tempo é pouco.

Em relação ao que está escrito no documento, da leitura que fiz, surgiram algumas dúvidas, que poderiam eventualmente estar mais esclarecidas no documento, mas que o não estão. Começava por referir o valor (dinheiro), as medidas do 1º. direito têm alocados 8 milhões de euros, e a pergunta que se me impôs logo a seguir é "**qual é o valor que vai ser financiado?**" **Vai ser os 100%?** Pode ser os 100% se houver candidaturas ao PRR, mas também sabemos que as candidaturas vão ser complementadas com outras candidaturas de alguns programas que já existiam anteriormente e que as verbas alocadas, do que se consegue ler das apresentações que o governo fez em relação ao PRR (...), vão estar muito de acordo com as primeiras candidaturas, porque não fala em rateios (...), fala em utilização de verbas que depois vai ser definida em função.



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2022)

A pergunta que se impõe é: A Câmara Municipal já está a preparar essas candidaturas, para depois não correr o risco de ser o último a apresentar (...).

O documento fala em várias partes (...), em que estão previstas a construção de várias habitações em três terrenos. Pergunto, se os terrenos já estão identificados? Já há acordos com os proprietários? Já se sabe se os proprietários estão na disponibilidade de os vender?

Realço que esta estratégia já perca por tardia, porque desde de 2018, que existe a **Nova Geração de Políticas de Habitação**, que já permitia alguns investimentos e algumas atuações nesta área (...).

Como qualquer documento tem alguns aspetos caricatos, vou referi um: "*Aval da GNR para a escolha dos terrenos para instalação (...)*". Mas porquê? A GNR não tem intervenções nas atividades urbanísticas. O que se vai construir são fogos para a habitação social, não e vai construir um campo de batalha (...).

O documento não fala nuns dos visados desta Estratégia, que são as pessoas de etnia, que estão instalados no denominado Apoio à Ecopista. O documento não fala no que vai acontecer àquele terreno depois de realojadas aquelas pessoas. Penso que era importante e fazia parte da Estratégia, saber o que poderia acontecer àquele local.

Uma dúvida metodológica que me surgiu (...), assentar uma Estratégia de instalação e construção de habitação social em 11 inquéritos para 38 pessoas, numa Estratégia de 6 anos e definir uma Estratégia mais espalhada com 47 inquéritos de pessoas de uma só etnia. Acho que ficou aqui por si só, a integração ficou aqui um pouco limitada, porque nós sabemos que uma parte dos visados das necessidades são as pessoas de etnia, mas ao colocar a Estratégia em pontos diferentes e dividir o tipo de inquéritos por pessoas diferentes, penso que não há inclusão. Aquilo que é e devia ser a Estratégia era a inclusão! A inclusão destas pessoas na comunidade, a inclusão de todos os carenciados ao pé de nós, de forma ordeira, normal, como acontece com qualquer pessoa que pretende criar raízes num alojamento. Penso que isto é um problema de metodologia da empresa (...).

Parece-me bem a criação de 2 novas ARU'S em Santiago e na Orada (...).

Uma dúvida que me surgiu foi se a Santa Casa da Misericórdia é um PLAYER desta Estratégia? É um parceiro? Convinha esclarecer, porque o documento não define a posição da Santa Casa da Misericórdia".

A membro Maria João Lopes referiu a seguinte questão:

"(...), existe neste documento, para mim uma questão de princípio para a qual eu não concordo de todo. O documento fala de inclusão de coesão, são imensas vezes referidas estas palavras e se agora temos uma possibilidade única, de podermos olhar para a comunidade cigana que vive em Borba, é nossa obrigação não só apregoar a inclusão e a coesão, como integrá-los na comunidade.



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2022)

Não concordo de todo, com a criação de novos 3 espaços, que pelo que li, são exclusivos para esta comunidade, o que é contrário a toda esta inclusão e coesão social. Por isso, logo, tudo o resto à volta torna-se manifestamente insuficiente e de interesse menos relevante do que esta questão de princípios. Estamos a falar de uma comunidade que não pode ser tratada de forma diferente do cidadão comum.

Todos nós convivemos com religiões, raças, nacionalidades diferentes, todos nós coabitamos ou não, (...), somos relação vizinhança e porque é que uma comunidade cigana tem de continuar a ficar em sítios geograficamente distanciados da população em geral, porque não integrá-los. Reforço, devem socialmente (...), a minha consciência cívica, humana e religiosa, olho para isto como algo que não se deve fazer. Se a situação no passado foi esta (...), de coloca-los todos juntos pelas razões Y ou X, neste momento não faz sentido. Em que temos bons exemplos nacionais, como por exemplo o caso de Sousel, não podemos ter "guetos", não podemos ter aqui zonas sectorizadas de uma população que tem os mesmos direitos e deveres de qualquer um de nós. Eu sei que isto não é fácil, são sempre muitas questões relacionadas aqui com a comunidade, mas eles têm que também perceber que são um cidadão igual a qualquer outro. Têm as suas convicções e são uma etnia, com certeza. (...), eu também sou portuguesa e vivo bem com um estrangeiro, e este princípio tem de ser aplicado a todos. Espero que muitos de vocês pensem como eu, porque não podemos, num programa delineado 6 anos, em que se vão comprar terrenos especificamente (...), fazer novamente os chamados "guetos" para colocar esta comunidade. Estes grupos têm de ser integrados ao nosso lado.

Esta ELH não me parece nem ajustado nem sequer inclusivo, nem fomentando a coesão social, e acho que é gravíssimo!"

O membro Agnelo Baltazar disse "(...), partilho muito das opiniões invocadas já pelos dois membros das intervenções. Efetivamente, nós estamos perante um documento que há partida me parece, que é um documento técnico, razoavelmente bem feito e que divido em dois pontos:

Primeiro, pela sua visão, pelos objetivos e domínios de intervenção:

Em Segundo, pelas medidas. E, essas claramente discutíveis, porque ficou demonstrado nas duas intervenções anteriores e que mereciam um debate muito mais amplo por parte da nossa comunidade.

Depois se desdobrar o primeiro ponto, podemos considerar que quase metade do documento, faz na realidade, um retrato negro em termos habitacionais no nosso concelho. E, nomeadamente em termos daquilo que é, a etnia cigana. Comparativamente, com aquilo que se passa a nível nacional e se não mesmo até regional!

O que é certo, é que temos um documento, que importa agora com todas as suas vicissitudes e possíveis defeitos, ele tem obrigatoriamente de caminhar. Temos de "andar e de pressa", porque se não



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2022)

tivemos candidaturas, obviamente que tudo aquilo que são possibilidades de apoio nos podem passar ao lado, e aí não avançamos certamente.

A posição do Partido Socialista neste campo, é de termos de avançar e como tal nós vamos dar o aval a esta Estratégia Local de Habitação, por força das circunstâncias de não podermos ficar parados”.

O Presidente da Assembleia Municipal expressou a sua opinião sobre o documento em apreço.

“(…), é um documento com muito pouco tempo para ser apreciar (...). A primeira questão que existe é que a discussão por muita ampla que tenha sido feita, ignorou em absoluto, aquele grupo de cidadãos que tem a responsabilidade de o aprovar. A Estratégia Local de Habitação, não é da competência da Câmara Municipal a sua aprovação. A Câmara Municipal tem a competência da sua elaboração, da sua submissão à Assembleia Municipal para o aprovar e depois da sua execução (...). A Assembleia Municipal foi marginalizada por completo ao longo de todo este período de discussão do documento. Nunca houve uma reunião (...), com os representantes da Assembleia Municipal para dar a conhecer as Estratégias, o diagnóstico, os objetivos, a proposta de medidas. Esse envolvimento era crucial, para que este documento pudesse ter uma chamada de consciência à Assembleia.

Não tendo sido feito, eu coloco a matéria da parte da CDU, que não votamos sobre coação, votamos sobre questões concretas que nos são apresentadas. O documento que nos é apresentado, tendo um diagnóstico do essencial, retrata aprofunda situação, primeiro, de análise face ao enquadramento daquilo que é a Estratégia Local de Habitação Nacional, em que existem fins múltiplos, de intervenção e que na prática se consubstancia no seguinte:

Em Portugal, nos últimos 40 anos, depois de um primeiro período digamos, depois do 25 de abril (...), a resolução dos bairros clandestinos, houve muitos bairros clandestinos em Portugal (...), onde também um primeiro impulso de bairros sociais. Depois a habitação social começou a esmorecer, até por iniciativa central, municipal e cooperativa. Tivemos ao longo deste período uma estratégia de expansão habitacional de construção de novos fogos e de canalização do mercado habitacional, essencialmente para a aquisição (...), tendo existindo um desfazamento do mercado de arrendamento.

As Estratégias Locais de Habitação, que vêm já no sec.XXI, centram-se em dois aspetos essenciais.

- *Resfriar e em muitos casos reduzir as novas áreas de expansão urbana, em excesso;*
- *Centrar as políticas de habitação na regeneração e na recuperação do tecido edificado, e na recuperação desse tecido edificado, coloca-lo em várias vertentes:*

1 – Melhorar as condições de habitabilidade, para os seus próprios proprietários (...), dando o direito e condições de recuperar a sua própria habitação (...).



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2022)

2 – Encontrar instrumentos financeiros, conducentes á possibilidade de recuperação de tecidos habitacionais, ou de outros edifícios degradados nos centros históricos, para que eles possam ser colocados no mercado de habitação (...), privilegiando a habitação por arrendamento e não só (...), permitindo a intervenção pública e a intervenção privada na sua parceria (...).

Supletivamente, caso estas medidas não fossem suficientes, permitir em condições marginais, mas também menos apoiadas, a novas construções.

A estratégia da nova construção, é marginal dos instrumentos hoje, de intervenção urbana. O que o Município fez através desta empresa, foi o diagnostico, que poderá haver uma ou outra falha (...). Não nos traduz qual é a necessidade real de habitação, para a nova população ativa que existe no concelho de Borba e que tem a sua origem, hoje com algum peso na imigração estrangeira para Portugal e para o concelho. Todos nos conhecemos vários cidadãos, que trabalham essencialmente na agricultura e outros fins, que são de origem estrangeira e que têm uma integração social, tendencialmente pacifica, mas condições de habitação tendencialmente degradadas e de insuficiência (...). Este ponto é pura e simplesmente ignorado neste relatório.

É nos apresentado um diagnostico composto por três grupos de objetivos, com 13 medidas, num valor global de necessidades de 12 milhões de euros. Destes 12 milhões de euros, o Plano de Investimentos, cinge-se ao primeiro direito, e parte dele (...), só aos objetivos 1.3, 2.1, 2.2, 2.3, 2. 5. O 2.5, ao canalizar 46 mil euros para o subarrendamento, é um não objetivo (...). O objetivo 2.3, de parceria com a Misericórdia, para a resolução de carências habitacionais (...), num prédio de habitação social, propriedade da Misericórdia (...), é um objetivo correto e bem integrado, quer na parceria quer nos objetivos dos instrumentos de planeamento. Mas o mesmo não acontece com o objetivo 1.1, isto é, a Câmara Municipal identifica um largo património seu de habitação social, e reinventaria a necessidade de um investimento na ordem dos 2,100 milhões de euros nessa matéria, mas depois no Plano de Investimentos a medida 1.1, não surge. Assim, como a medida 1.2 do espaço público (...), que também não surge no Plano de Investimentos. Uma primeira falha do desenvolvimento da política dos executivos (...), que é ter desmaterializado e de concretizado, aquilo que estava nas ARU'S, desde logo a mais "gritante" delas a ARU do castelo (...). E depois, de 3 ARU'S que tinham objetivos próprios (...), para uma ARU para todo o território da cidade de Borba. Da própria política urbanística do Município, quer nas ARU'S que vêm do passado, quer neste programa de Estratégia Local de Habitação, ignora, a realidade do concelho. Isto é, abandona a freguesia de Santiago Rio de Moinhos, abandona a freguesia da Orada, no que diz respeito há Estratégia Local de Habitação. Na Orada existe uma série de prédios devolutos, tal como no centro de Borba, e que ficam à margem desta matéria.

Na prática cinge se, para além da intervenção da Misericórdia, a duas intervenções. Uma intervenção enquadrada nos objetivos, na Estratégia e nas medidas do primeiro direito que têm a ver com a medida Recuperação da Habitação para Arrendamento. Não está perfeitamente claro, qual é a operacionalização



Borba município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2022)

desta matéria (...). No fundo são afetos (...), de uma necessidade de investimento de 2,5 milhões de euros para intervenção da recuperação de habitações, neste sentido.

Ignora, por exemplo outras medidas como a eficiência energética (...). Conservação do Parque Habitacional Social (ex. Chalè). (...), é uma habitação social que foi desenvolvida pelo Município (...), poderia por exemplo ter sido desenvolvido uma medida do apoio à Eficiência Energética, da Construção de uma Central fotovoltaica (...), que desse abastecimento ao edifício (...). Esta medida não está operacionalizada neste documento.

Finalmente, o Plano concerta-se na velha solução de resolver o problema de famílias carenciadas, que são aqui identificadas por comunidade cigana. Tendo, como estratégia desaloja-los do local onde estão (...), e procurar fazer mais alguns "guetos", tendencialmente em zonas periféricas da Cidade de Borba. Em terrenos não infraestruturados, ignorando aquilo que a Maria João disse, da inexistência real de uma política de integração nos tecidos urbanos (...), construindo "guetos" (...). Ignorar grande parte do concelho é perfeitamente, uma destratégia e não uma estratégia.

Existem terrenos municipais infraestruturados na freguesia da Orada, que estão ignorados nesta planta. Existem terrenos particulares infraestruturados, no Barro Branco, que estão ignorados nesta estratégia.

Portanto, contrariamente à intenção do Partido Socialista, que eu respeito, de ir votar pela pressão, a favor viabilizando, nós porque estamos perante um documento estratégico, que tem efeitos não imediatos, mas de longo prazo, não podemos viabilizar este documento".

O Presidente da Câmara Municipal respondeu às questões colocadas nas duas intervenções anteriores:

- *Financiamento* - Nelson Gato, o financiamento que nós pretendemos é os 100% do investimento.

No que respeita aos 3 terrenos, uns são nossos (...). O PDM, completa exatamente isto, que aqui está.

Em 2018 apareceu "uma coisa", chamada IFRU (instituto de financiamento e reabilitação urbana), as pessoas podiam individualmente concorrer para reabilitarem as suas habitações. Fizemos uma campanha de sensibilização por todas as pessoas que têm os prédios degradados em Borba (...), e não houve uma única candidatura.

Relativamente, ao local onde está situado neste momento o dito alojamento temporário (Ecopista), está previsto alguma coisa para aquele local. Assim, como vai ser feita completamente a Ecopista, através da rota do Montado (...).

A Santa Casa da Misericórdia é parceira neste projeto da Estratégia Local de Habitação, vai beneficiar com a recuperação dos prédios ao fim da rua 13 de janeiro.



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2022)

- ARU`S – As ARU`S que conseguimos fazer na Orada e em Rio de Moinhos são fundamentais (...), temos muita coisa e nada foi esquecido (...), mas temos coisas mais objetivas.

Relativamente, ao que disse a Maria João (...), todos temos direitos e obrigações. Ao que parece, há determinada gente na sociedade que só tem direitos. (...), o importante é integrá-los na sociedade, mas para isso temos de lhe dar trabalho e aí, sim, conseguimos frutos da sua integração. Existe esforço para que essa integração seja feita, mas a atitude das pessoas nem sempre é a melhor. Nós andamos a tentar trabalhar num mediador de etnia cigana. Mas esse mediador só pode ser contratado através de uma associação fora da Câmara.

Conclusão, se nós pudéssemos contactar diretamente através do nosso gabinete de Ação Social, tínhamos o processo mais rapidamente desenvolvido (...).

Assumo a responsabilidade, de não ter sido dado conhecimento deste documento a todos os membros da Assembleia antes de vir para aprovação à Assembleia. Peço desculpa aos membros do PSD e da CDU, por não terem tido a oportunidade de darem contributos para a elaboração do mesmo.

Este documento, não é um documento fechado, existe sempre a possibilidade de evoluir (...), existe muita coisa que pode ser feita.

Um aspeto importante para mim, são os prédios degradados no Centro de Borba.

Tal como o membro Agnelo Baltazar disse, *“não é um documento perfeito, mas há necessidade deste documento para pudermos avançar e já perca por tardio”*.

A membro Maria João Lopes disse “(...), sei que o financiamento pode ir até 100%, isto com a ajuda do PRR, mas tinham de ter as candidaturas prontas e ser apresentadas, porque os primeiros a apresentar é que podem beneficiar do programa que é o IRU mais o PRR, e aí sim, perfaz os 100%. Se há um atraso, se este ELH ainda nem está aprovado (...), provavelmente não vai conseguir os 100% (...).

Este documento, é um documento praticamente fechado, porque tem uma durabilidade de 6 anos. A vigência deste documento e desta política de habitação, são 6 anos, por isso, fechado vai ficar 6 anos!”

O Presidente da Câmara Municipal interrompeu “(...), o que eu disse há empresa que fez este documento, é que dentro daquilo que pode ser feito nada é fechado ainda. Segunda-feira vamos ter uma reunião, com outra empresa, que irá encaminhar estes projetos com a maior rapidez possível”.

O Presidente da Assembleia Municipal colocou à Câmara Municipal as seguintes perguntas:

- O que é que foi concretizado das ARU`S? Que candidaturas fez o Município ao quadro comunitário existe, relativamente às 3 ARU`S existentes?
- Qual foi o seu desfecho? Incluindo pareceres negativos que levaram à sua não concretização, como por exemplo a do Castelo.
- Quanto é que é o montante do atual quadro comunitário de apoio, que o Município não receberá pela não concretização das ARU`S?



Município de Borba



Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2022)

- As localizações que estão marcadas na carta, são marcações como prioritárias ou indicativas, para a localização de construção no seu conjunto de 50 habitações destinadas a uma comunidade.
 - Qual destes terrenos estão infraestruturados?
 - Qual o valor expetável da sua aquisição?
 - Qual o custo estimado das suas infraestruturas?
 - Que prazo para a sua concretização em termos de infraestruturas?
- Construção das 50 habitações – Há aqui habitações, com T5, T7, T9 (...), pergunto 5.200.000,00€, dá para esta construção, ainda que ligeira e respeitando o conjunto dos compromissos?

Considera esta Assembleia adequado, face há experiência vivida, de uma anterior Câmara Municipal à pressa, porque pressionada sobre outros aspetos, ter conduzido 90 cidadãos para um determinado local, onde se fez um “gueto”, aquilo que é hoje aqui considerado Ecopista, e que se expandiu na sua dimensão, em construções que vão muito mais para além das que foram autorizadas na altura. Hoje aquela construção tem uma dimensão clandestina muito á que foi colocada. A construção que foi feita na Ecopista, foi uma construção, cujo promotor da iniciativa para efeitos de financiamento, foi a Santa Casa da Misericórdia. Não foi a Câmara! O envolvimento da parceria foi a Santa casa da Misericórdia! É o proprietário daqueles prédios, não é a Câmara.

- Qual é o balanço da Santa Casa da Misericórdia, na gestão aquele problema?
- Que problemas tem havido com aquele gueto?

A pergunta que se deixa a esta Assembleia, é se proliferando 3 ou 4 guetos, aquele passou de 96/97 de habitantes para 160 (...), criou-se um gueto que tem trazido problemas,

E a situação que se coloca é, vamos aprovar uma Estratégia, só porque nos atrasamos 2 anos?

Só porque fomos incapazes de levar por diante a concretização das ARU`S?

Fomos incapazes de criar em tempo útil uma Estratégia Local de Habitação, vamos deixar para as gerações mais problemas alargados?

A Estratégia Local de Habitação, nomeadamente no 1º direito, não é a 100% (...), só há majorações quando há recuperação integrada entre as ARU`S, Estratégica Energética e a Recuperação de Habitação degradada de prédios devolutos (...).

Na Estratégia da Eficiência Energética, para o Alentejo só foram aprovadas duas candidaturas, uma para Beja, 25 milhões de euros e outra para Campo Maior de 20 milhões de euros, todas as outras candidaturas ficaram à margem (...).



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2022)

Desenganemo-nos no que diz respeito ao PRR. Estão-nos a prometer que no novo Quadro Comunitário (...), e a minha questão é, o que é nos fizemos no atual Quadro Comunitário que fecha em 2023, nomeadamente nas ARU`S, senhor Presidente?

O Presidente da Câmara Municipal respondeu “(..), nós nas ARU`S tínhamos cerca de 1 milhão e tal de euros, neste momento, o que não está em projeto são cerca de 300 mil euros.

- A obra do Castelo está feita – ARU do Castelo;
- Projeto aprovado do Centro Cultural – ENOTECA – mas neste momento o projeto está vazio;
- Celeiro da Cultura – está praticamente pronto – faz parte das ARU`S;

Dentro das ARU`S temos também:

- O Palacete Alvarez - uma obra de cerca de 180 mil euros;
- O imóvel da antiga oficina do Albertino – obra já está consignada e irá iniciar-se;

Afirmou “(..), não vamos perder nenhum do valor, respeitante ao milhão e tal de euros., para as ARU`S. Só falhou uma coisa, que tem que ver com o largo da Misericórdia, porque é privado”.

Relativamente, ao alojamento temporário da Ecopista disse “(..), A Segurança Social, a Câmara e a Santa Casa da Misericórdia fizeram aquele alojamento que ali está. Lamentavelmente, a seguir, a Segurança Social e a Santa Casa da Misericórdia, afastaram-se suavemente e quem ficou com todo o problema foi a Câmara (...).

A pior coisa que pode haver é os guetos, como vocês dizem e muito bem! Se fizermos 3 ou 4 andamos a espalhar perigo por todo o lado. Concentrá-los ou dividi-los poderá uma solução! Existem 3 famílias ciganas que moram todos juntos no alojamento temporário, mas as suas atitudes são diferentes. O levantamento foi feito ao pormenor.

O Presidente da Assembleia Municipal não havendo mais inscrições, colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por **maioria, com 15 votos a favor (9 eleitos do MUB e 6 eleitos do PS), dois votos contra (1 eleito do PSD e 1 eleito da CDU) e 2 abstenções (eleitos do PSD), aprovar a Estratégia Local de Habitação.**

PONTO TRÊS PONTO SETE: Fixação do número máximo de unidades e subunidades orgânicas/Nível remuneratório dos dirigentes intermédios de 3.º grau.

O Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra, informou o seguinte:



Município de Borba



Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2022)

“(…), há uma empresa que está a fazer um estudo para a CIMAC e entendeu que o Município de Borba deveria ter no máximo 6 divisões (...). Nós precisamos de chefias intermédias (...)”.

Seguidamente, pediu que fosse dada a palavra à Dr.^a Sónia Ferro, que é quem tem acompanhado o processo deste sempre, para se manifestar sobre o mesmo.

A Chefe de Divisão Dr.^a Sónia Ferro explicou o seguinte:

“(…), a proposta prende-se com a possibilidade de alargar o número de unidades e subunidades orgânicas e depois a questão da renumeração do dirigente intermédio de 2º. grau.

Em 2010 a Assembleia Municipal de Borba, deliberou, que o número máximo de unidades orgânicas da Câmara Municipal, seriam 5 e 7 subunidades. A questão agora, prende-se essencialmente com o processo de transferência de competências, a receção de novos recursos humanos em função do que venha a decorrer dessa transferência de competência, implicará aqui de certa forma um reforço da estrutura orgânica municipal.

A Deloitte foi contratada pelos municípios através da CIMAC, para desenvolver, primeiro um estudo prévio relativamente às estruturas orgânicas dos municípios, para receção da transferência de competências e foi agora posteriormente ter apresentado esse estudo, novamente contratada para fazer depois uma proposta específica por município, das alterações que propõem essas estruturas.

No estudo prévio, eles avançam já com uma pressuposição de que para o município de Borba, esta receção da transferência de competências, pode vir a impactar a existência de 6 unidades orgânicas e mais 5 subunidades, para além das 7 que já existem. Encontra-se já a decorrer o tal estudo para que venha uma proposta específica. De qualquer forma a alteração à Estrutura Orgânica é competência da Câmara Municipal, mas dentro destes limites que compete à Assembleia Municipal fixar.

O que se pretende é que se dê desde já, este passo, no sentido de alargar o número de unidades e subunidades, que depois a Câmara poderá criar, para efetivamente vir a receber os recursos humanos e enquadrá-los na sua estrutura, em função do aumento de competências em áreas como a Ação Social, Saúde, Estacionamento Público (...).

Em relação ao segundo ponto desta proposta, que se prende com o nível remuneratório dos dirigentes intermédios de 3º grau, em 2010 foi fixado também que, os dirigentes intermédios de 3º. Grau, seriam remunerados, numa percentagem correspondente a 50% dos vereadores, entretanto a atual lei prevê outra forma de renumeração, entre a 3ª e a 6ª posição remuneratórias, da carreira geral de técnico superior. No fundo pretende-se atualizar, em função com o que diz a lei, por um lado, e com o que podem ser as expectativas de eventuais interessados em ocupar este posto de dirigente de 3º grau. Porque de facto, os dirigentes não têm uma carreira com evolução, têm um nível remuneratório que se mantem, que não tem uma progressão,



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2022)

como por exemplo existe na carreira de técnico superior (...), se não houver aqui uma atualização nesta renumeração, não será fácil recrutar, quem possa exercer competências de dirigente deste nível”.

O membro Hugo Mendanha disse o seguinte “(...), pegando nas palavras que a Jurista Sónia Ferro, acabou de dizer, é trazido aqui à Assembleia Municipal, a votação para abrimos mais unidades e subunidades orgânicas. Claro que isto, é uma mera gestão da Câmara Municipal, nada temos contra (...),

O que nós sugerimos é que, e visto a Deloitte, ir município a município, especificar melhor, ir mais ao detalhe, que a Câmara Municipal apresentasse um plano ou um critério de quais são as unidades que vão criar. Nós ficamos na dúvida (...), a Deloitte sugeriu, a Câmara vai abrir mais uma unidade e criar mais outras subunidades, mas não sabemos quais são. Para nós este ponto não está muito claro”.

O Presidente da Câmara Municipal respondeu “(...), para nós é muito importante o pessoal intermedio, pessoal capacitado e habilitado para trabalhar. Neste momento não vou dizer o que vamos criar, mas ficam a saber que temos a possibilidade de criar. Nós vamos pedir conselhos a quem sabe, na forma como devemos agir”

O membro Nelson Gato disse “(...), naquilo que a linha do PSD tem entendido, isto passa por mais uma opção da Câmara, e nesse sentido não vamos criar obstáculos, não vamos votar a favor, mas vamos abster-nos nesse sentido. É uma opção de a Câmara criar ou não estes novos lugares, é uma opção da Câmara ocupá-los ou não a seguir, daí fica para a Câmara o ónus dessa opção.

O membro Agnelo Baltazar complementou a intervenção do membro Hugo Mendanha.

“(...) efetivamente a Deloitte, quando realiza o estudo propõem um máximo de 6 unidades. A Câmara Municipal neste momento tem 5 unidades. Não querer dizer que vá aplicar (...) ou terá naturalmente, invoca em concreto o facto da descentralização de competências, trazer provavelmente mais recursos humanos, mas que não passa de facto de uma proposta da Deloitte, até um máximo de 6 unidades e o máximo de 12 subunidades. Eu creio que a posição do Partido Socialista (...), em que a Câmara tem autonomia para gerir toda esta questão, é de abster-se nesta parte respeitante à criação de aumento de quer de unidades quer de subunidades, tal como é proposto pela Deloitte (...), depois ocupará ou não, mas isso é uma competência exclusiva da Câmara.

Em relação à segunda votação, o Partido Socialista não vê qualquer inconveniente em que exista uma melhoria no nível de vencimento dos funcionários”.

O Presidente da Assembleia Municipal não havendo mais intervenções, colocou o documento à votação:



Borba
município

Município de Borba



Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2022)

a) *Fixar em seis o número máximo de unidades orgânicas flexíveis a criar pela Câmara Municipal e em doze o número máximo de subunidades orgânicas a criar pelo Presidente da Câmara, nos termos previstos nas alíneas c) e d) do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro;*

A Assembleia Municipal, deliberou por maioria com 9 votos a favor (eleitos MUB) e 10 abstenções (eleitos PS, PSD e CDU), aprovar a FIXAÇÃO DO NÚMERO MÁXIMO DE UNIDADES E SUBUNIDADES ORGÂNICAS.

b) *Que a remuneração dos titulares de cargos de direção intermédia de 3.ª grau corresponda à 6.ª posição remuneratória, inclusive, da carreira geral de técnico superior, acrescido de subsídio de refeição, em consonância com o disposto no n.º 3 do art.º 4.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, diploma que define o Estatuto do Pessoal Dirigente das Câmaras.*

A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar NÍVEL REMUNERATÓRIO DOS DIRIGENTES INTERMÉDIOS DE 3.º GRAU.

PONTO TRÊS PONTO OITO: Proposta de local da sessão solene do 25 de abril!

O Presidente da Câmara Municipal apresentou uma proposta, que surgiu numa conversa, com uma pessoa que não está presente nesta assembleia, Paulo Ferreira (...), de se fazer a Sessão Solene Comemorativa do 25 de abril na Orada. Não uma sessão fechada, mas trazer o espírito de abril para a tornar o mais popular possível. Se o tempo o permitir a Sessão poderá ser feita no adro junto à igreja, aberta ao público, ter intervenções de pessoas que veio de abril para cá (nestes 47 anos), convidando um homem e uma mulher da Orada para intervirem, sobre o que é que o 25 de abril lhes trouxe. Poder convidar o Rancho da Orada a ter uma peça ou duas para atuar no largo. A Junta de Freguesia assume o compromisso inadiável de ter concluídas as obras de recuperação da Casa do Povo (...). Depois o senhor Presidente da Junta, poderá preparar um assado ou um grelhado para o convívio popular, é esta a proposta que trago à Assembleia Municipal.

O Presidente da Junta de Orada disse "(...), é uma honra receber todos vós na Orada, na Sessão Solene Comemorativa do 25 de abril. Penso já estarem terminadas as obras na Casa do Povo e do Espólio do Azinhal Abelho nessa altura, e assim poderemos comemorar tudo junto. Temos ideia, de assegurar a parte do beberete e de jogos tradicionais (...)".

O Presidente da Câmara Municipal disse estar perfeitamente de acordo com a proposta apresentada.



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2022)

O membro **Nelson Gato** disse "(...), no seguimento desta descentralização, aproveitava para fazer a proposta que a sessão de abril fosse em Rio de Moinhos".

O **Presidente da Assembleia Municipal** disse que se o plenário estivesse de acordo "iriam prestar contas a Rio de Moinhos, na sessão ordinária de abril".

O plenário aceitou a proposta apresentada.

Por não haver mais assuntos a tratar o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada a sessão, pelas treze horas e quarenta e cinco minutos do dia dezanove de fevereiro, da qual se lavrou a presente ata composta por trinta e oito páginas, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

O Presidente da Assembleia Municipal

Jorge Manuel de Oliveira Pinto

O Primeiro Secretário

Maria João Barroso Lopes

O Segundo Secretário

Agnelo dos Anjos Abelho Baltazar